





# SEMPRE PELA EDUCAÇÃO

A FNE continua a afirmar, pelas mais diversas formas, que o seu papel e a sua intervenção são indispensáveis na afirmação do valor da Educação de qualidade para uma sociedade mais desenvolvida e mais justa, o que só pode ser atingido através da valorização de todos os seus profissionais.

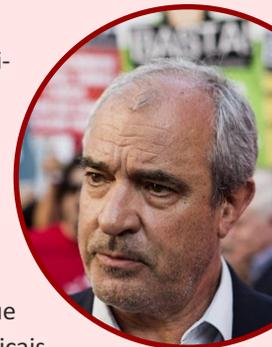
Este envolvimento da FNE só é possível no quadro de uma democracia que apenas se preparou com o 25 de Abril, cujo 49º aniversário acabamos de comemorar. Celebrámos esta data mais uma vez com a certeza de que a democracia não é um bem que seja definitivo e que está todos os dias em causa, sob a ameaça de quem usa as liberdades democráticas para pôr em causa essa mesma democracia, sendo essencial fazer todos os dias com que ela respire e se afirme, sem limitações. Ora, se é certo que há forças desinteressadas da democracia, e que combatemos, não podemos deixar de afirmar que o Governo, pelo seu lado se tem encarregado de a limitar, por sua iniciativa, com particular destaque no processo de determinação de serviços mínimos no quadro das greves que a FNE e outras organizações sindicais têm vindo a desenvolver. Denunciamos esta atitude do Governo com toda a nossa energia, e com recurso aos instrumentos jurídicos a que temos acesso, para que a posição do Governo seja revertida, por se revelar claramente ilegal. Por nós, a defesa da democracia e das liberdades, nomeadamente as sindicais, que lhe estão associadas, é um instrumento de promoção de uma Educação de qualidade para todos, tornada ela também possível pela Revolução de abril.

Comemorar o 25 de Abril é sempre, para nós, o primeiro momento da celebração do Dia do Trabalhador. Este próximo primeiro de maio é indissociável, ele também, da nossa luta pela Educação de qualidade, com profissionais reconhecidos e valorizados. Por isso, estaremos em força, na Torre de Belém, solidariamente, nas celebrações do Dia do Trabalhador promovidas pela UGT.

Os últimos meses têm sido decisivos na afirmação do papel da FNE em lutas que têm sido indispensáveis para que o Governo finalmente compreenda que se torna absolutamente necessário acolher e negociar as propostas básicas que a FNE e outras organizações sindicais têm apresentado como essenciais para o início de um processo de valorização dos educadores e professores. A campanha sob o lema “Querem melhor Educação? Tratem bem os que cá estão!” foi extremamente significativa e concluiu com a entrega do respetivo manifesto ao Primeiro-Ministro, na certeza de que as nossas reivindicações, mais do que justas ou legítimas, são indispensáveis para a construção de uma educação de qualidade.

Este próximo mês de maio é ainda particularmente significativo para a FNE, por duas circunstâncias verdadeiramente excecionais. Por um lado, seremos co-organizadores, com a Internacional da Educação, da II Conferência Mundial do Pessoal de Apoio Educativo, uma oportunidade para afirmar a importância destes profissionais para uma escola de qualidade. Por outro lado, o XIII Congresso da FNE vai definir as orientações político-sindicais para o próximo quadriénio e vai eleger os novos dirigentes federativos, num claro processo que, sendo de renovação e de rejuvenescimento, constitui a reafirmação dos valores essenciais que fazem da FNE uma entidade não só credível, como incontornável para a definição das políticas educativas e para a valorização de todos os profissionais de educação de todos os níveis e setores de ensino.

É assim que a FNE não só não desiste, como se reinventa todos os dias em processos e ações que, valorizando e dignificando os seus profissionais, são a expressão da nossa opção Pela Educação.



*João Dias da Silva*

João Dias da Silva  
Secretário-Geral da FNE



## FNE REFORÇOU JUNTO DO ME QUE «NÃO É ASSIM QUE SE VALORIZA E RESPEITA A PROFISSÃO DOCENTE»

As organizações sindicais reuniram pela primeira vez em abril, no dia 5, com o Ministério da Educação (ME) num encontro que teve como único ponto em agenda a alegada correção de assimetrias na carreira decorrentes dos períodos de congelamento.

No final do encontro, a FNE começou por lembrar que esta foi uma reunião em que os sindicatos tiveram praticamente menos de 24h para reagir e analisar o documento que receberam ontem à tarde com o Anteprojeto de Decreto-Lei "Regularização das assimetrias na progressão na carreira" que não se afastava do texto inicial.

A FNE, no seu momento de intervenção no encontro, suscitou junto do Ministro da Educação a dúvida se esta seria uma reunião de negociação ou uma sessão de esclarecimento, pois a análise artigo a artigo do documento não é aquilo que a FNE considera ser um processo negocial, sem aproximação das partes e contra-argumentação na procura da melhoria de um documento.

Mas a ausência de acolhimento por parte do ME das propostas sindicais, faz com que nenhum dos problemas que visam a correção das assimetrias na progressão na carreira se resolvam.

A FNE sublinhou ainda neste encontro outros aspectos. Em todos os encontros com a tutela, a FNE tem referido a questão do problema associado à Mobilidade por Doença (MpD). O Ministro da Educação deu um pequeno sinal positivo ao mostrar sensibilidade para o problema do grupo de recrutamento. A FNE considera ser um pequeno passo, mas disse também que não é o suficiente. No processo negocial tudo tem de ser contemplado. As pessoas não podem estar sujeitas a distâncias cegas em virtude do que é a sua incapacidade de se deslocar. Não pode acontecer que os docentes, de acordo com as doenças que têm e que não estejam contempladas na lista de doenças incapacitantes, não possam ter acesso à Mobilidade por Doença. Daí a FNE ter reforçado a importância do ME poder, analisando cada um dos casos, conceder ou deferir essa MpD.

Em resumo, com base na questão colocada pela FNE sobre os propósitos da reunião de hoje, o ME aceitou os argumentos da Federação e que, portanto, estas reuniões se iriam prolongar. Será então realizada uma reunião para debater a matéria da Monodocência. Nesse mesmo dia poderá ainda ser debatido o assunto relativo aos efeitos assimétricos sendo que para além disso acontecerá na próxima semana uma reunião técnica para serem apurados alguns dos efeitos e impactos que estas medidas que o ME pretende impor, possam vir a ter.

A fechar, a FNE reforçou junto do ME que não é assim que se valoriza e respeita a profissão docente, que se consegue que os mais novos venham para professores. Este mau-estar agudiza-se na escola que precisa cada vez mais de paz, de condições para os professores não terem de estar permanentemente nesta luta. E ficou a garantia de que, apesar de terem passado sete meses, se forem necessários andar mais sete (meses) a lutar pelos direitos e pela justiça, com certeza absoluta que a tutela vai ter de ouvir a força dos professores. Lamentavelmente, ao contrário daquilo que o Presidente da República afirmou há algumas semanas - que acreditava num acordo até à Páscoa - nada se alcançou porque o ME não mostrou disponibilidade para encontrar soluções.

A reunião deste dia contou ainda com uma concentração de professores e dirigentes sindicais junto à entrada do Ministério da Educação, em mais um sinal de descontentamento pela ausência de soluções apresentadas pela tutela na valorização e respeito pela profissão docente.



**A fechar, a FNE reforçou junto do ME que não é assim que se valoriza e respeita a profissão docente, que se consegue que os mais novos venham para professores.**





## FNE CONTESTOU PROPOSTA QUE «CRIA MAIS ASSIMETRIAS E INJUSTIÇAS»

A 13 de abril a FNE voltou ao Ministério da Educação (ME) para uma reunião de carácter técnico em torno do anteprojeto de Decreto-lei do ME relativo à carreira docente.

À saída do encontro, Pedro Barreiros (Vice-Secretário-Geral da FNE) e Paulo Fernandes (Secretário-Executivo da FNE), que representaram a Federação nesta reunião, concluíram que "esta proposta cria mais assimetrias, mais injustiças e mais ultrapassagens, motivos pelos quais não podemos aceitar que vingue".

A FNE acrescentou ainda que "mesmo discordando totalmente daquilo que é a proposta apresentada, colocámos ao Ministério algumas dúvidas para podermos informar convenientemente os professores de quais os efeitos em que esta proposta se pode traduzir" sendo que "esta proposta não valoriza e não vai ao encontro dos objetivos apontados pelo ME e que é a correção de assimetrias na carreira docente, acabando mesmo por acentuá-las, não sendo assim um documento positivo ao contrário do que a tutela tem vindo a apregoar junto da comunicação social e da sociedade".

Foi uma proposta que resumiu-se basicamente naquilo que é a contabilização de um ano do tempo de serviço para os docentes do 7º e 8º escalão; mesmo para os do 9º escalão poderá não ser a totalidade um ano de recuperação desse tempo de serviço tendo em conta a distância a que podem estar da progressão ao 10º escalão; para estes docentes (do 10º escalão) não há qualquer tipo de recuperação e para os demais colegas, que estiveram a aguardar vaga de acesso aos 5º e 7º escalões a contabilização desse tempo de espera, mas não mais do que isso.

"Na prática estamos a falar de um projeto que não prevê a contabilização da recuperação de qualquer tempo de serviço congelado. Vemos apenas mecanismos de aceleração da carreira tendo em conta os períodos de espera aos tempos perdidos", afirmaram Pedro Barreiros e Paulo Fernandes acrescentando que "nesta reunião o ME foi incapaz de dar resposta a muitas questões do ponto de vista prático que levantámos, escudando-se no facto de esta ser uma reunião técnica, deixando as respostas para a próxima ronda negocial. É isso que faremos. Traremos todas as questões que para nós podem levantar injustiças e desigualdades".

***Esta proposta não valoriza e não vai ao encontro dos objetivos apontados pelo ME e que é a correção de assimetrias na carreira docente, acabando mesmo por acentuá-las.***

## ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DE DOCENTES APELARAM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA QUE NÃO PROMULGUE O DIPLOMA DE CONCURSOS



As organizações sindicais de docentes apelaram ontem ao Senhor Presidente da República para que não promulgue o diploma de concursos, devolvendo-o ao governo para que volte à mesa das negociações e sejam corrigidos os aspetos lesivos dos docentes e das escolas que impediram o acordo negocial.

A não promulgação deste Decreto-Lei não inviabilizará a vinculação de 10 700 docentes contratados, nem a eliminação da discriminação salarial daqueles que se mantiverem com contrato a termo. Há 2000 docentes que vincularão pela norma travão; para os restantes 8700, basta que seja negociado um diploma que estabeleça as regras de um concurso de vinculação extraordinário e que o mesmo contenha uma disposição relativa à questão salarial, sendo dessa forma respeitada, por transposição correta, a Diretiva Comunitária 70/CE/1999. As organizações sindicais estão disponíveis para avançarem com esse processo negocial.

## NOVA REUNIÃO TERMINA SEM ACORDO E COM NOVAS GREVES À VISTA



20 de fevereiro foi a data de novo encontro entre ME e Sindicatos e que terminou de novo sem acordo e com os professores a ameaçar continuar com greves até aos exames nacionais caso a tutela recuse recuperar todo o tempo de serviço congelado.

Nesta ronda em que foi discutida a proposta da tutela para acelerar as progressões na carreira e minimizar as assimetrias provocadas pelo conge-

lamento e que os sindicatos têm alertado que "deixa de fora muitos docentes inclusive os professores que trabalham, por exemplo, nos hospitais ou nas prisões, assim como na Casa Pia ou na Santa Casa da Misericórdia" afirmaram os sindicatos à saída da reunião, acrescentando ainda que "esta proposta é destinada aos professores que trabalharam durante os dois períodos de congelamento da carreira (desde 2005), a proposta da tutela prevê que recuperem o tempo em que ficaram a aguardar vaga no 4.º e no 6.º escalões a partir do ano de descongelamento (2018), que fiquem isentos de vagas de acesso aos 5.º e 7.º, além da redução de um ano na duração do escalão para aqueles que também ficaram à espera de vaga, mas já estão acima do 6.º". Na prática e de forma resumida, a FNE considerou que esta reunião sobre aceleração "não saiu do 'ponto morto'".

**Na prática e de forma resumida, a FNE considerou que esta reunião sobre aceleração "não saiu do 'ponto morto'".**

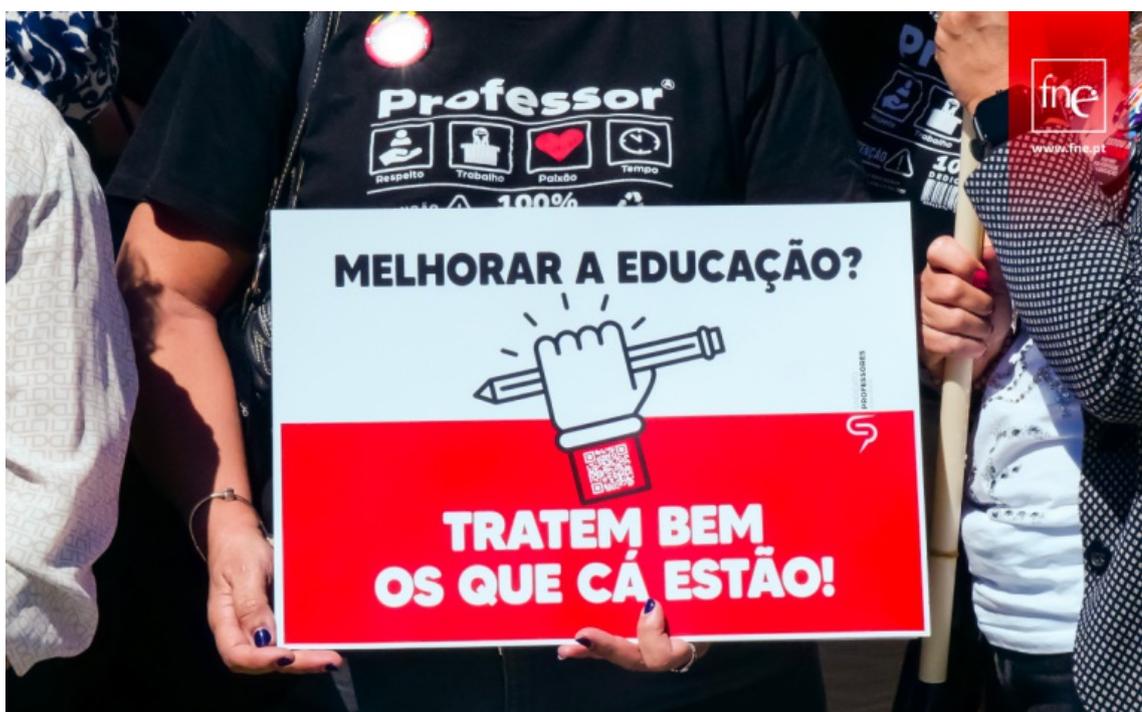
# GREVES DISTRITAIS INICIARAM-SE «PORQUE O GOVERNO FOGE À RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS»

Entre 17 de abril e 12 de maio, distrito a distrito, a partir do meio-dia acabam as aulas e começa a greve. Este é o mote para uma greve convocada pela plataforma de nove sindicatos porque são vários os problemas que, entre outros, justificam o prosseguimento da luta que os professores vêm desenvolvendo, tais como:

- Regime de concursos aprovado pelo governo não corresponde às expectativas dos docentes, nem às necessidades das escolas, aguardando-se agora o eventual veto do Presidente da República;
- Tempo de serviço congelado e ainda não recuperado continua ausente das intenções e da vontade política dos governantes;
- Projeto do ME para alegada correção de assimetrias na carreira é discriminatório, injusto e excludente, gerando novas assimetrias;

- Comprovadamente desumano, o regime de Mobilidade por Doença continua sem ser revisto;
- Ilegalidades e abusos nos horários de trabalho arrastam-se, neles encaixando todo o tipo de burocracia que o ME não resolve;
- Pré-reforma ou redução dos requisitos para a aposentação são temas tabu para Ministério da Educação e Governo;
- Artigo 79.º do ECD continua a não cumprir o seu objetivo, porque reduções no horário dos docentes são entregues às escolas, e na monodocência aplica-se de forma ainda mais penalizadora.

Estas greves distritais têm contado com adesão entre os 85% e 90% e na ausência de propostas e soluções por parte do Ministério, a resposta não pode ser outra que não seja a continuação da luta.



## Greve Distrital em Maio:

- 2 maio - Faro**
- 3 maio - Évora**
- 4 maio - Coimbra**
- 5 maio - C. Branco**
- 8 maio - Bragança**
- 9 maio - Braga**
- 10 maio - Beja**
- 11 maio - Aveiro**
- 12 maio - Lisboa**

# CONCENTRAÇÃO EM ÉVORA PARA DIZER AO GOVERNO QUE «NÃO DESISTIMOS»



Vários dirigentes e ativistas da FNE juntaram-se em Évora, na Praça 1.º de Maio, para demonstrar que os docentes recusam “cruzar os braços” e que os protestos vão continuar até o Governo dar resposta às exigências de melhores condições para a classe.

“Não podemos cruzar os braços e pensar que já lutámos tanto e que já chega. Então, aí é que perdemos tudo. É preciso continuar”, afirmou a presidente do Sindicato Democrático dos Professores do Sul (SDPSul), Josefa Lopes.

“A luta tem que continuar firme e forte e, agora, ainda mais do que antes”, pois as propostas conhecidas do Governo “são absolutamente injustas, aumentam as assimetrias e geram divisão na classe docente”, argumentou ainda.

A concentração contou ainda com discursos de vários dirigentes dos sindicatos da FNE, em que as palavras de ordem passaram por “não paramos”, “respeito”, “Costa escuta os professores estão em luta” ou “querem melhorar a educação? Tratem bem os que cá estão”, lema da campanha que



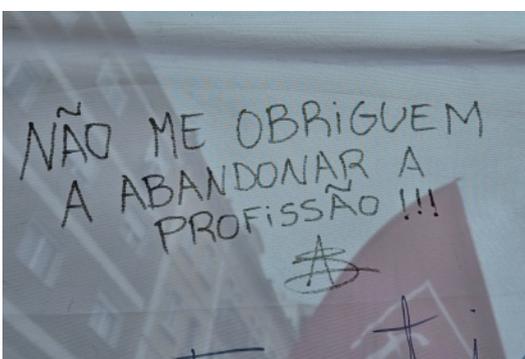
terminaria no dia seguinte em Lisboa e cujas bandeiras estiveram presentes nesta ação.

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, presente nesta iniciativa, acusou o Governo de “andar num jogo de sombras, dando com uma mão e tirando com a outra, fazendo de conta que está a negociar” e afirmou que a luta dos professores não vai parar: “Da nossa parte, não há desistência e estaremos hoje aqui e daqui a um mês, enquanto não houver respostas do Governo” às reivindicações, sublinhou.

João Dias da Silva defendeu ainda que “é preciso reconhecer aqueles que estão na educação”, alegando que, caso contrário, os mais jovens desistem da carreira docente e, depois, “não vai haver professores para substituir” os atuais.

Entre outras reivindicações, os professores exigem a recuperação de todo o tempo de serviço congelado e o fim das quotas e vagas de acesso ao 5.º e 7.º escalões que dizem bloquear a progressão na carreira.

**João Dias da Silva, presente nesta iniciativa, acusou o Governo de “andar num jogo de sombras, dando com uma mão e tirando com a outra, fazendo de conta que está a negociar”.**



# FNE ENTREGOU BANDEIRAS PELA EDUCAÇÃO AO PRIMEIRO-MINISTRO



A FNE entregou na manhã de 21 de abril, na Residência Oficial do Primeiro-Ministro, em Lisboa, as bandeiras da campanha "Melhorar a Educação? Tratem bem os que cá estão!" que reuniu milhares de assinaturas de educadores e professores de todo o país e também um Manifesto por uma educação de qualidade.

As duas bandeiras assinalam o profundo descontentamento de educadores e professores pelos resultados insatisfatórios de sucessivas reuniões com o Ministério da Educação, que se tem mostrado irreduzível na adoção de medidas de valorização efetiva da Educação em Portugal e dos seus profissionais.

Esta concentração marcou o final desta ação em que a FNE e os seus sindicatos da educação têm manifestado publicamente as suas preocupações

em relação ao reconhecimento que consideram imprescindível para todos quantos asseguram todos os dias o funcionamento das nossas escolas e que se têm vindo a mostrar diariamente indignados com a ausência de valorização da profissão e de respostas da tutela às suas reivindicações.

Em declarações no local, João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE e Pedro Barreiros, Vice-Secretário-Geral, deixaram bem vincado que aquela iniciativa demonstrava "o profundo descontentamento pelos resultados das sucessivas reuniões com o Ministério da Educação. A nossa bandeira diz 'Se querem valorizar a Educação tratem bem os que cá estão', mas não é isso que o Governo está a fazer. Os professores não andam em contestações e em lutas porque acham muito interessante, muito pelo contrário",

**As duas bandeiras assinalam o profundo descontentamento de educadores e professores pelos resultados insatisfatórios de sucessivas reuniões com o Ministério da Educação, que se tem mostrado irreduzível na adoção de medidas de valorização efetiva da Educação em Portugal e dos seus profissionais.**



# PUBLICADA A LEI QUE VALORIZA O ENSINO POLITÉCNICO

Foi publicada a Lei n.º 16/2023, de 10 de abril que valoriza o ensino politécnico, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo e o regime jurídico das instituições de ensino superior.

Esta lei prevê a atribuição do grau de doutor pelos Institutos Politécnicos, e permite adotar a designação, em língua inglesa, de Polytechnic University, "no quadro da sua política e estratégia de internacionalização" como referido no texto.

O grau de doutor só pode ser concedido pelas instituições de ensino com recursos humanos e organizativos "necessários à realização de investigação" e que possuam "experiência acumulada nesse domínio sujeita a avaliação e concretizada numa produção científica e académica relevante", de acordo com o texto final aprovado na AR.

A proposta de alteração desta medida foi apresentada pela Comissão de Educação e Ciência, com o objetivo de valorizar o ensino politécnico nacional e internacionalmente, reconhecendo a estas instituições de ensino superior a possibilidade de conferir o grau de doutor.

Esta mudança corresponde a uma reivindicação antiga da FNE, que vê na valorização do ensino politécnico um ensino superior mais forte e consistente, tanto a nível nacional como internacional.

Para a FNE, esta decisão do Parlamento reforça, clarifica e fortalece a sua capacidade de investigação e intervenção na sociedade.

**Esta era uma reivindicação antiga da FNE, que vê na valorização do ensino politécnico um ensino superior mais forte e consistente, tanto a nível nacional como internacional.**



11 ABR 2023 | DAS 17H00 ÀS 18H30

Inscrições: Até 3 de abril em [www.fne.pt](http://www.fne.pt)

Sócios Sindicatos FNE: 5€ | Sócios Sindicatos UGT: 10€ | Não Sócios: 20€

# A VIOLÊNCIA

percecionada a partir da Escola

LEITURAS, CONJETURAS E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO



**MADALENA OLIVEIRA**

Professora Auxiliar Instituto Superior de Serviço Social do Porto

*Orador*



**RUI MAIA**

Centro de Formação da FNE

*Moderador*





Rui Leandro Alves da Maia



Madalena Sofia Oliveira

## MADALENA OLIVEIRA NO WEBINÁRIO FNE/AFIET: «VIOLÊNCIA MATA MAIS QUE O CANCRO E A DIABETES»

A FNE e a AFIET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) promoveram, a 11 de abril de 2023, o webinar "A violência percebida a partir da escola - Leituras, conjecturas e propostas de atuação".

Madalena Sofia Oliveira (Professora Auxiliar no Instituto Superior de Serviço Social do Porto) foi a oradora convidada, numa sessão que contou com o Professor Doutor Rui Maia, do Centro de Formação da FNE, na moderação de um tema centrado na forma como a violência e a vitimização têm sido enfrentadas pela escola.

E foi precisamente por aí que a oradora convidada começou a sua intervenção, assumindo que, nas duas últimas décadas, tem havido uma maior sensibilidade para estas matérias, inclusive da comunicação social, mas por sinais negativos. Por seu lado, as escolas sinalizam mais, porque "são casos menos raros e precisam de estratégias públicas de combate e de prevenção".

Segundo Madalena Oliveira, a Organização Mundial de Saúde (OMS) sublinha que a violência comporta uma panóplia de situações e acarreta custos sociais e económicos, podendo expressar-se de formas variadas: bullying, violência no namoro, delinquência juvenil, violência gratuita, entre outros. O fenómeno não afeta apenas os educadores e professores, mas afeta também os trabalhadores não docentes.

Madalena Oliveira lembrou que a Convenção dos Direitos da Criança (o documento mais ratificado do mundo), no seu artigo 19º, de 1989, fala sobre a violência física, mental ou psicológica entre adultos e crianças como um crime. Como ela assinalou, todos os índices de risco que levam a violência aumentaram entre 2014 e 2018 e isso reflete-se em problemas na própria escola, já muito afetada com programas extensos, uma carga horária grande, por vezes aulas pouco dinâmicas e uma fraca relação com as famílias.

**"Todos os índices de risco que levam a violência aumentaram entre 2014 e 2018 e isso reflete-se em problemas na própria escola, já de si muito afetada com outros problemas".**

## FATORES DE RISCO

No entanto, a partir de 2018 começaram a surgir melhores resultados, que evidenciaram relações mais positivas com a família, dos alunos com os professores e com a vida em geral. "Mas a escola tem de ser o centro local de socialização e transmissão de normas, condutas e padrões comportamentais", refere Madalena Oliveira. "Isto porque muitas vezes as crianças refletem na escola os comportamentos vivenciados em casa".

A violência é um exercício de poder e de controlo e implica sempre uma quebra de respeito e no consentimento no bem-estar. Em sua opinião, o castigo corporal é muito negativo e provoca traumas, ansiedade e pressão, impondo-se sempre como uma experiência adversa para a criança e para o seu futuro.

A especialista relatou que os dados demonstram que "o bullying físico, o psicológico e o cyberbullying são os pontos com mais queixas de alunos", sendo ainda preocupante que "muitos jovens considerem normal a violência no namoro, através do controlo ou da perseguição". Madalena Oliveira insiste que "os jovens não reagem quando veem comportamentos desajustados e esse é um trabalho ainda para fazer".

Sobre as ocorrências em ambiente escolar, os estudos mostram que as ameaças de bomba, furtos, posse de arma, vandalismo, injúrias e ofensas sexuais aumentaram, parecendo existir uma relação entre o contexto familiar e as reações dos jovens na escola com determinados comportamentos.

"Quem vive em ambientes familiares complicados tem tendência a tornar-se agressor. E há vários fatores de risco associados à violência, tais como a violência precoce, o uso de substâncias químicas com menos de 12 anos, um quociente de inteligência baixo, pouco envolvimento familiar e pouca supervisão. Tudo isto tem impacto nas crianças".

Depois é também necessário perceber o perfil do agressor, que passa muitas vezes pela extroversão, desejo de domínio, desrespeito pelas normas, baixo rendimento escolar e elevada autoestima. Já o desenho do perfil da vítima faz-se pela baixa autoestima, medos, ansiedades, tristeza, apatia, propensão para o suicídio ou para o abandono escolar.

## ESCOLAS SINALIZAM POUCO

Uma das principais formas de combater a violência na escola, passa, segundo Madalena Oliveira, "pela prevenção e pela denúncia. Isso tem sido feito através de programas como 'A Escola Segura', mas é necessário existir uma maior intervenção individual, organizar e programar, capacitar os profissionais e criar equipas multidisciplinares". Até porque "a violência mata mais que o cancro e a diabetes".

Madalena Oliveira faz uma advertência muito especial: "Em matéria de suspeita de violência e/ou abuso sexual os professores não devem explorar os casos com as crianças, mas devem entregar logo o caso às autoridades competentes". E havendo uma suspeita "sinalizem de imediato". Outro eixo programático é que as ações pontuais não chegam, pois "as ações contra a violência têm que ser concertadas".

Rui Maia, moderador do evento, lançou algumas questões colocadas pelo público deste webinar, que reforçaram algumas dúvidas de como dotar os professores de capacidades para dominar estas situações. Madalena Oliveira revelou que "as escolas sinalizam poucos casos de violência e, muitas vezes, apenas no fim do ano letivo, o que impede uma intervenção precoce junto das crianças e dos jovens com este tipo de comportamentos".

A fechar, Rui Maia questionou a oradora sobre a formação de profissionais da educação nesta área, tema também muito comentado entre os participantes, com a oradora a referir que existe muita procura no mercado e que, por isso, é urgente repensar e reformular a oferta.

No próximo dia 26 de maio, a FNE organiza um novo webinar, desta feita com o tema "O desafio educativo de escrever para crianças".

**"As escolas sinalizam poucos casos de violência e, muitas vezes, apenas no fim do ano letivo, o que impede uma intervenção precoce junto das crianças e dos jovens com este tipo de comportamentos".**



Madalena Sofia Oliveira

# entrevista



**JOÃO DIAS DA SILVA**

Secretário-Geral da FNE

## JOÃO DIAS DA SILVA, EM FINAL DE MANDATO:

# PORTUGAL TEM UMA ESCOLA INCLUSIVA SÓ NO PAPEL

Líder da FNE desde 2004, João Dias da Silva destaca os ministérios de Marçal Grilo, Guilherme D'Oliveira Martins e Augusto Santos e afirma que Portugal só tem uma escola inclusiva no papel. Rejeita uma visão economicista da Educação e afirma que não teríamos um regime democrático e livre se não fosse o Movimento da Carta Aberta, embrião da UGT. Em sua opinião, quando temos uma progressão associada à avaliação de desempenho estamos a estragar tudo. E lamenta não ter ido mais longe em termos de sustentabilidade e de transição digital.

João Dias da Silva sublinha que precisamos de repensar toda uma organização de escola e que o diálogo social é a base do desenvolvimento. A um mês de deixar o cargo de Secretário-Geral da FNE, sente uma grande satisfação por tudo o que fez ter sido "em benefício e em sentido comum".



**JORNAL FNE (JF) - JÁ REFERIU QUE TIAGO BRANDÃO RODRIGUES FOI O MINISTRO MAIS DIFÍCIL DE LIDAR, PORQUE NÃO APARECIA PARA NEGOCIAR. QUE MINISTRO(S) RECORDA DE MODO MAIS POSITIVO?**

**JOÃO DIAS DA SILVA (JDS)** - Recordo particularmente o Professor Marçal Grilo, na sua disponibilidade para o diálogo, embora eu não tenha tido reuniões com ele. Na altura era membro das delegações negociais da FNE, ele também não aparecia muito na negociação, mas sublinho pela aposta central que ele escolheu para a educação pré-escolar e que teve da nossa parte todo o apoio, porque essa vertente da educação é essencial para um percurso educativo de sucesso. Marçal Grilo tomou medidas e teve por objetivo um crescimento da oferta da educação pré-escolar que hoje tem impacto na nossa vida social, na nossa escola. Em múltiplos aspetos foi uma aposta extremamente importante.

Depois o Ministro Guilherme d'Oliveira Martins, que começou por ser Secretário de Estado. Depois também como Ministro teve uma grande capacidade de diálogo e com quem foi possível estabelecer negociações com vista a bons resultados. Finalmente, o Ministro Augusto Santos Silva com quem foi possível estabelecer uma coisa extraordinária, que foi a determinação do subsídio de desemprego para os professores. Colocaria estes três numa primeira linha, até porque não foi com eles que trabalhei como Secretário-Geral, apenas o fiz com os restantes Ministros.

**JF - QUAL FOI A NEGOCIAÇÃO MAIS DIFÍCIL DA SUA CARREIRA?**

**JDS** – Bom. Com o Tiago Brandão Rodrigues não houve negociação. Até costume usar a expressão de que foi tudo muito "afunilado" para a questão da recuperação do tempo de serviço com muita contestação, muita luta e com incapacidade de se fazerem processos que conduzissem a resultados mais frutuozos. Com o Ministro Nuno Crato foi possível estabelecer algumas aproximações e também foi possível dialogar. Podíamos discordar, e isso acontecia com grande abertura, mas tivemos com Nuno Crato a questão da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências (PACC), que teve a nossa fortíssima oposição e que acabou por ter um desfecho positivo a nosso favor. O Ministro era totalmente inamovível nessa ideia. Mas conseguimos que um número muito significativo de professores, cerca de 25 mil, ficassem dispensados dessa prova, porque não fazia sentido estar a aplicá-la a professores que já tinham o exercício profissional nas nossas escolas.

Era preciso limitar a prova a outros níveis. A nossa perspetiva era diferente, pois entendíamos que as preocupações do Ministro deviam ser traduzidas em intervenções no quadro da formação inicial de professores, ao nível do ensino superior, das academias e do percurso de formação que se devia fazer, porque é dentro da formação inicial que se devia estabelecer os que chegavam à obtenção do diploma para serem professores, e não era depois de terem obtido esse diploma que deviam fazer uma prova de avaliação que colocaria em causa aquilo que tinha sido o percurso académico anterior. Tínhamos, pois, estas duas visões opostas, mas conseguimos libertar milhares de professores da obrigação de fazer a prova.

**"Com o Tiago Brandão Rodrigues não houve negociação. Até costume usar a expressão de que foi tudo muito 'afunilado' para a questão da recuperação do tempo de serviço com muita contestação, muita luta".**

## REFORMAS SEM AVALIAÇÃO

**JF - ASSISTIMOS A PARTIR DE 2000 À PREVALÊNCIA DE UMA PERSPETIVA ECONOMICISTA NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO, QUE TEM ATRIBUÍDO MENOS RELEVÂNCIA AO RECONHECIMENTO DOS PROFESSORES. DONDE SURTIU ESTA LINHA DE AÇÃO, MUITO LIGADA A UMA EXTREMA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO?**

**JDS** - Não foi exclusivamente em Portugal. É uma linha que atravessa a generalidade dos sistemas educativos da União Europeia e da qual nós bebemos muito do que é a nossa orientação. Até ao final dos anos 90 era a paixão pela educação, era algo firmado pelos governos, pese embora se pudesse discutir o efeito prático dessa paixão, mas era a preocupação de colocar a educação na primeira linha da sociedade do conhecimento. Só que a partir do início deste século há claramente preocupações que passam a dominar, como o custo do sistema educativo, redução de custos e a aplicação de medidas de avaliação sistemática das mais diversas formas, procurando conter custos e reduzindo aquilo que é o investimento em educação. Desde 2004 particularmente em diante é este o desenho que é completamente inverso ao que ocorreu no período final do século passado.

**JF - COMO É QUE SE PODE TRAZER A EDUCAÇÃO PARA O PRIMEIRO PLANO DE UMA FORMA QUE NÃO SEJA APENAS ECONÓMICA E SIM PELO PAPEL QUE TEM PARA O FUTURO DA SOCIEDADE?**

**JDS** - É preciso investir mais em educação e nos seus profissionais. Aquilo que aconteceu foi precisamente a redução nesse investimento, na valorização das carreiras dos profissionais da educação. E por isso com menos investimento não se pode imaginar que quando se reduz o número de escolas que existem no interior do nosso país ao mesmo tempo que estamos a falar da crise demográfica e do afastamento das pessoas do interior para o litoral, mas estamos a fechar as escolas, a criar agrupamentos de dimensão elevadíssima, fazendo com que os alunos tenham de andar a percorrer distâncias todos os dias para ir à escola; uma incompleta oferta formativa no interior que obriga as pessoas a vir para o litoral, a forma como se mexeu no currículo também, descaracterizando aquilo que eram apostas formativas mais próximas dos alunos e da própria organização curricular, tendo havido também aí cortes significativos. A desvalorização da profissão também acontece

quando não se investe na entrada de jovens qualificados, o que faz com que os mais velhos estejam mais tempo na profissão. Convém não esquecer que houve um alongamento do tempo - isto é, colocado em 2005 - de acesso à aposentação. As pessoas têm de trabalhar mais tempo para se aposentarem, a carreira docente também passa a ser mais longa, obriga as pessoas a estar mais tempo na profissão, deixa de reconhecer o impacto do desgaste psicológico, físico que acarreta a profissão, tudo sinais que têm tradução económica e que corresponderam a poupanças e redução de investimento em educação.

**JF - CONHECEU ALGUM GOVERNO EM PORTUGAL QUE TIVESSE PREPARADO UMA REFORMA EDUCATIVA COM A DEVIDA ANTECEDÊNCIA?**

**JDS** - Desde que fizemos, e que foi aprovada, a Lei de Bases do Sistema Educativo e depois o trabalho que foi desenvolvido pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo, nunca mais se fez um exercício desses. Acho que devíamos conceber ciclos de dez anos para as reformas do sistema educativo e fazíamos um trabalho aturado, sustentado, para que se fizesse uma reforma, apesar da palavra "reforma" ser extremamente forte, mas fazer uma atualização, adaptação do sistema educativo. Enquanto está a durar um modelo de funcionamento ele deve estar a ser avaliado e devem estar a ser preparadas as correções que devem ser introduzidas.

Ao fim de um período de tempo - dez anos - faz-se a aplicação daquilo que foi o resultado da avaliação realizada. Deste modo, o que se vai fazendo durante dez anos será sistematicamente avaliado. Aquilo a que assistimos ao longo dos anos foi à entrada em funções de Ministros, adotando alterações de política educativa sustentadas apenas na sua opinião pessoal, sem procurar trazer as avaliações de cada um dos *itens* de funcionamento do nosso sistema educativo.

Vamos avaliar um a um quais são os constrangimentos que existem na gestão das escolas; vamos estudar o que é que existe ao nível de limitações no funcionamento dos currículos; vamos ver o que existe na avaliação de desempenho dos professores; ver o que existe em cada uma das dimensões. Fazer uma avaliação com o apoio de especialistas externos, não por amigos, por pessoas que não têm conhecimentos suficientes, com consistência, e depois com base nessa avaliação tomar opções sobre o que deve ser mudado e explicar às pessoas as razões por que se muda e que são para alcançar determinado objetivo.

**"A partir do início deste século há claramente preocupações que passam a dominar, como o custo do sistema educativo, redução de custos e a aplicação de medidas de avaliação sistemática das mais diversas formas, procurando conter custos e reduzindo aquilo que é o investimento em educação".**

Isto não é feito. Os professores são confrontados diariamente com mudanças que são impostas pelo Ministério da Educação. E sem por um lado terem participado no processo de avaliação que implica a participação dos que estão a trabalhar no terreno e sem perceberem por que se muda e para que se muda. Sempre que é possível, resiste-se. Mas isto não é bom para o funcionamento do sistema educativo.

#### UGT CONECTADA COM A EDUCAÇÃO

**JF - ACREDITA MESMO QUE PORTUGAL TEM UMA ESCOLA INCLUSIVA?**

**JDS** - No papel tem. Temos a legislação mais avançada em termos de educação inclusiva, mas que realmente não tem operacionalização adequada, porque tem um aparato burocrático enorme, que representa burocracia acumulada para todos os intervenientes, particularmente para os professores, com relatórios e justificações para cada artigo. Depois não temos trabalhadores não docentes com formação adequada em número suficiente para responderem às necessidades de alguns alunos, que precisavam de ter trabalhadores com formação adequada para trabalhar com eles. Temos boa vontade de muitos assistentes operacionais para estarem a trabalhar com essas tipologias de alunos. Temos uma falta enorme de psicólogos, não temos em número suficiente nas escolas e temos sempre uma dificuldade em determinar claramente os psicólogos que têm por trabalho orientação vocacional de alunos e os que têm outros tipos de acompanhamento para qualquer tipo de problema. Não temos um rácio de psicólogos suficiente para a realidade das nossas escolas, não temos trabalhadores não docentes, não temos psicólogos, assistentes sociais, não trabalhamos bem no sentido que as equipas multidisciplinares trabalhem em função dos alunos e estejam mais a trabalhar por causa da burocracia. Temos professores obcecados com o excesso de trabalho em plataformas. Na prática, temos as pessoas descontentes e os alunos insuficientemente apoiados.

**JF - HÁ QUEM DEFENDA QUE O SINDICALISMO PORTUGUÊS CORRE MUITO A PAR DA POLÍTICA, COM INTERVENÇÃO DE PARTIDOS NOS SINDICATOS. CONCORDA COM ESTA AFIRMAÇÃO?**

**JDS** – Na FNE não há intervenção de nenhum partido político. Não recebemos ordens, nem mensagens de ninguém. Não há nenhum partido

que tenha qualquer interferência no que são as nossas opções de atividade sindical. Pautamos por uma fortíssima independência relativamente ao que são as opções dos partidos e por isso temos greves e lutas feitas contra todos os governos de várias cores políticas e temos acordos com governos de todos os partidos políticos. Por isso nunca recebemos instruções e preocupamo-nos em ter uma noção de que o sistema educativo deve estar a funcionar bem, com qualidade para os seus alunos e de tal forma que os profissionais que lá estão se sintam reconhecidos e bem. Não podemos ter sistema educativo de qualidade se os seus profissionais não se sentirem bem nele.

**JF - ENTRE 2004 E 2009 FOI PRESIDENTE DA UGT. ALGUMA VEZ SENTIU UMA GRANDE TENSÃO ENTRE AS TENDÊNCIAS MAIORITÁRIAS SOCIALISTA E SOCIAL-DEMOCRATA NA CENTRAL SINDICAL?**

**JDS** - As tensões são normais, nunca pensamos da mesma forma em cada momento e as tensões são boas para fomentar melhores soluções. O silêncio e o seguidismo não são bons para as soluções.

**JF - QUE APRECIÇÃO FAZ DO PAPEL DA UGT NA ÁREA DA EDUCAÇÃO?**

**JDS** - A UGT tem estado sempre muito preocupada com a área da educação e particularmente muito solidária com os sindicatos da educação. Todos os Secretários-Gerais da UGT perceberam a importância decisiva da educação para o país e dos seus profissionais serem valorizados. Sempre que houve problemas laborais, os Secretários-Gerais - e já lá estiveram três - intervieram sempre positivamente com empenho, solidários com a FNE relativamente ao que eram os problemas dos profissionais da educação. Enquanto Central Sindical não quer dizer que todos pensassem do mesmo modo. Houve pessoas com opiniões diferentes, não vale a pena negar essa realidade, mas em termos finais de decisão da Central, em qualquer circunstância houve sempre apoio determinado ao que foram as opções da FNE em qualquer momento e mesmo com intervenções junto do governo, do Presidente da República, da Assembleia da República, na linha do que eram as questões suscitadas pela FNE.

**"Na FNE não há intervenção de nenhum partido político. Não recebemos ordens, nem mensagens de ninguém. Não há nenhum partido que tenha qualquer interferência no que são as nossas opções de atividade sindical".**



## A APOSTA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**JF - REPRESENTA, COM CARLOS SILVA, A UGT NO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (CESE). DE QUE MODO ESTE TRABALHA IMPACTA NO PANORAMA SOCIAL?**

**JDS** - Esse é um problema interessante porque nós que estamos no CESE temos a consciência de que há muito para fazer no sentido que se dê a devida relevância ao trabalho que se faz neste Comité em termos de preparação de análises, de propostas que vêm das presidências, da Comissão ou do Conselho Europeu. Para além de podermos ter iniciativas próprias no comité, nas mais diversas áreas, recebemos projetos de legislação, regulamentação, quer da Comissão, quer de cada presidência, que neste momento está entregue à Suécia. A espanhola será a seguinte e também já apresentou propostas de documentos para serem elaborados no CESE e que servem depois para que o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia possam tomar as decisões finais. Recebemos os documentos em projeto e damos o nosso parecer.

Este comité é constituído por representantes de entidades patronais europeias, de organizações sindicais e também das mais diversas entidades da sociedade civil, como consumidores, ordens profissionais, representantes da agricultura, comércio, indústria. E os nossos pareceres têm esta dificuldade de terem de ter a conjugação das várias perspetivas. É um trabalho que é importante, ainda esta semana estávamos a trabalhar com pessoas que vêm das direções-gerais do Parlamento Europeu e que reconheceram a importância dos contributos que o CESE dá para a elaboração dos documentos finais. Reconheço que a nível nacional, não só a nível de Portugal, mas da generalidade dos países, não há um conhecimento dos pareceres que são emitidos no âmbito do CESE e que são um suporte para as decisões tomadas mais tarde ou pela Comissão Europeia, pelo Conselho ou pelo Parlamento Europeu.

**JF - COMO VÊ HOJE A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO CARTA ABERTA, EMBRIÃO DA UGT, NO SINDICALISMO PORTUGUÊS?**

**JDS** - Foi excecional, importantíssima. Foi um murro na mesa para que a liberdade e a democracia em Portugal tivessem consistência. **Não teríamos um regime democrático e livre se não fosse o movimento da Carta Aberta.**



**JF - A FNE APOSTA NUMA FORTE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. COMO É QUE A EDUCAÇÃO PODE CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, NOMEADAMENTE CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS?**

**JDS** - Esse é um desafio que hoje em dia está claramente assumido por todo o movimento sindical da área da educação, na linha do que são as preocupações mundiais relativamente à sustentabilidade e ao papel que a educação, a escola, deve assumir no sentido da preservação de um planeta saudável. Não há planeta B, não sou o primeiro a dizer. Por isso é que temos de trabalhar para que seja saudável. O que vemos é que não há medidas a ser adotadas com coerência no sentido que estes objetivos sejam atingidos. Temos às vezes algumas declarações vagas, imprecisas, cuja concretização temos muitas dúvidas e por isso a nossa preocupação que se deixem as palavras e se passe à ação. E a ação tem de ser assumida por todos e daí a educação ser fundamental.

**JF - OS EDUCADORES E PROFESSORES RECONHECEM A VERDADEIRA IMPORTÂNCIA DESTES TEMA?**

**JDS** - Os professores reconhecem a importância do tema, só que quando nós chegamos ao concreto da sala de aula e do modelo de ensino e avaliação que temos e particularmente quando vamos para o nível do ensino secundário, os professores têm uma pressão muito forte daquilo que são os conteúdos programáticos que depois vão a exame e preparar os alunos para esse aspeto que é, não queria dizer secundário, mas que não se pode fazer com que isso faça ignorar outros aspetos da vida em sociedade que são tão importantes da sustentabilidade do planeta, para os quais não há tempo de espera. E cada dia que passa sem se fazer alguma coisa é um dia que se perdeu.

**"A educação ambiental é um desafio que hoje em dia está claramente assumido por todo o movimento sindical da área da educação, na linha do que são as preocupações mundiais relativamente à sustentabilidade e ao papel que a educação e a escola têm".**

## A PULVERIZAÇÃO SINDICAL

**JF - COMO É QUE A FNE TEM ADAPTADO OS SEUS VALORES, REIVINDICAÇÕES E OBJETIVOS AO MUDAR DOS TEMPOS?**

**JDS** - São as alterações climáticas, mas também as digitais e, portanto, posso dizer que termino este mandato muito infeliz, porque trabalhei pouco no sentido de que na organização e estrutura da FNE não se tivesse feito mais em termos de sustentabilidade. Tenho pena de não ter conseguido que algumas medidas internas pudessem ser tomadas em termos de sustentabilidade e falo de edifícios, da utilização de recursos, de iniciativas que tomamos, dos materiais que utilizamos, deveria ter assumido uma posição mais forte, mas para a qual precisava de ter mais conhecimento para que se pudesse ter feito mais.

Sobre a transição digital é outro aspeto onde me penalizo por não ter feito o suficiente que era preciso e de sermos mais assertivos em termos de utilização daquilo que são as ferramentas que o digital nos coloca à disposição para estarmos mais próximos das pessoas. Eventualmente podia ter sido feito algo mais no sentido de aproveitar melhor as ferramentas e ficarmos mais próximos das pessoas e as pessoas mais próximas de nós.

**JF - ESTÁ CIENTE DA INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO SETOR DA EDUCAÇÃO?**

**JDS** - Sim e diria que não vale a pena resistir. Temos é que assimilar, adaptar e ver como a utilizamos. Não é rejeitando que resolvemos o problema, mas sim ver quais são as vantagens que podemos trazer dali. De que forma a inteligência artificial nos favorece para termos uma vida melhor no futuro. E isso é que eu acho que temos de fazer, colocar a IA ao serviço das pessoas. Rejeitar não é a reação correta.

**JF - JOÃO DIAS DA SILVA É VISTO COMO O HOMEM DO DIÁLOGO SOCIAL EM PORTUGAL. POR QUE É QUE O DIÁLOGO SOCIAL É TÃO CRUCIAL PARA O SINDICALISMO?**

**JDS** - O diálogo social é a possibilidade de resolver muitas situações de impasse, porque é conversando, colocando as perspetivas das partes em confronto - diálogo social tem a ver com perspetivas diferentes - e como é que conseguimos harmonizar entre todos. Só há possibilidade de desenvolver se todos sentirem que em cada circunstância há um ganho. Não há possibilidade de ter desenvolvimento e crescimento se uma das partes é anulada pela outra. Por isso **o diálogo social é a base do desenvolvimento.**

**JF - COMO VÊ A EDUCAÇÃO NOS PRÓXIMOS ANOS?**

**JDS** - O sistema educativo português e o europeu fazem com que às vezes dê comigo a pensar que tenho uma visão limitada, porque as oportunidades que tenho tido de ir a outras partes do mundo e de ver em que circunstâncias é que as escolas funcionam e a forma como as crianças e os jovens chegam à escola, sendo que ainda há muitos que hoje não têm acesso à escola.

Quando vejo que no Afeganistão as raparigas são impedidas de ir à escola pergunto-me de que educação e para quem é que estou a falar. E sinto que me estou a limitar a este cantinho com determinadas características, tendo a certeza que o sistema educativo vai melhorar, nunca piorou, mais lentamente ou não, vai progredindo e respondendo aos desafios, permitindo uma sociedade mais qualificada, com mais jovens nas escolas, uma população dos 21 aos 40 anos com mais participação no ensino superior, mais mulheres que homens com formação de nível superior, uma cobertura de educação pré-escolar à volta dos 90%.

Temos feito a reduzir o número de analfabetos e esse percurso vai continuar a fazer-se, crescendo a qualificação das pessoas, o sistema educativo vai-se renovando tendo em conta as exigências e os seus conteúdos, pois acredito que vamos começar a dar mais atenção a competências transversais e a ter uma visão diferente do currículo da escola e o trabalho que se faz lá.

Mas uma coisa é certa e isso foi a pandemia que nos ensinou: a escola como local de encontro de professor com alunos, já nem falo do espaço da escola que tem sido alvo de mudanças em vários locais e isto está a acontecer por causa dos alunos. Enquanto espaço que é a escola para os alunos, com professores, isto vai continuar a existir, mas vai mudando e adaptando às necessidades.

**JF - É FÁCIL EXPLICAR A UM ESTRANGEIRO QUE EXISTEM 33 SINDICATOS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL?**

**JDS** - Depende muito dos países, porque temos uma idêntica pulverização sindical em Espanha, Itália, França e isso tem a ver com modelos de sindicalismo que depois não vemos repetidos e não falo só de educação numa Suécia, Dinamarca ou Noruega. São realidades sindicais diferentes. Este sindicalismo do sul da Europa tem esta característica de pulverização em cada setor, com uma multiplicidade de sindicatos, mas veremos como vai evoluir no futuro.

**«Não há possibilidade de ter desenvolvimento e crescimento se uma das partes é anulada pela outra. Por isso o diálogo social é a base do desenvolvimento».**

## SEPARAR AVALIAÇÃO DE PROGRESSÃO

**JF - OS SINDICATOS ESTÃO A FAZER TUDO AO SEU ALCANCE PARA A RENOVAÇÃO DOS SEUS QUADROS?**

**JDS -** Acho que nem sempre se está a fazer isso. Que nem em todos os sindicatos se está a trabalhar para a renovação dos quadros e isso conduzia-me à aventura perdida de defender a limitação de mandatos nos estatutos dos sindicatos, mas nunca tive seguidores em número suficiente para que se estabelecesse que no máximo um dirigente estivesse três mandatos. Mas percebo que isto tem também outras condicionantes de vida profissional, porque temos um exemplo na FNE - no Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) - em que não pode haver mais que dois mandatos. Isto porque ao fim de oito anos ainda é possível um regresso ao posto de trabalho, mas temos de ser criativos, pela renovação de quadros e garantir que as pessoas depois da atividade sindical, quando regressam ao seu posto de trabalho, o possam fazer em condições de dignidade.

**JF - ALGUM DIA SERÁ POSSÍVEL AGRADAR A GREGOS E A TROIANOS EM MATÉRIA DE CONCURSOS?**

**JDS -** Enquanto estivermos a fazer remendos não vamos conseguir. Era necessário sermos criativos para criar um modelo que pudesse tratar todos da mesma forma e todos se sentissem bem tratados. Neste momento só andamos a remendar e com este modelo de concursos não conseguimos. Precisamos de repensar toda uma organização de escola. Com a atual negociação procuramos introduzir fatores estruturais de mudança que não vão ter concretização. Um dos aspetos fundamentais é apostar na estabilidade dos quadros das escolas e garantir que estas têm os profissionais que necessitam sem recurso à precariedade.

Isto é estrutural para que as pessoas se sintam bem e agradar a "gregos e troianos". Não posso agradar a um professor de Freixo de Espada à Cinta que vem trabalhar para Vila Real de Santo António e que não tem nenhum apoio para a instalação, para a renda de casa, para as viagens que vai ter de realizar, sobretudo se isto é feito num período de vida que já não seja feito por um jovem, mas apenas no final de um tempo vasto de desempenho profissional. Era preciso saber e poder atuar tendo em conta a diversidade das pessoas em causa para agradar a todos.

**JF - DISSE RECENTEMENTE QUE NUNCA SERÁ POSSÍVEL CORRIGIR TODAS AS INJUSTIÇAS AOS EDUCADORES E PROFESSORES. QUER FUNDAMENTAR ESTA AFIRMAÇÃO?**

**JDS -** Naquela altura estava a falar dos professores que estiveram envolvidos no concurso de colocação de professores que decorreu depois do estabelecimento da divisão entre professores e professores titulares, em que houve um concurso para professores titulares ao qual só puderam concorrer os titulares. Os que não tiveram essa categoria, embora estivessem interessados nos mesmos lugares, não tiveram acesso a eles. Hoje em dia não posso fazer nada para que aqueles que não conseguiram aceder a esses postos venham agora ocupá-los. Era essa situação que me estava na cabeça quando falei sobre isso.

**«Enquanto estivermos a fazer remendos não vamos conseguir. Era necessário sermos criativos para criar um modelo que pudesse tratar todos da mesma forma e todos se sentissem bem tratados. Neste momento só andamos a remendar e com este modelo de concursos não conseguimos»**



**JF - O MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE TORNOU OS DOCENTES MAIS INDIVIDUALISTAS E CONTINUA A SER UMA CICATRIZ ABERTA NAS ESCOLAS. QUE MODELO SERIA, EM SUA OPINIÃO, MAIS VIÁVEL, MAIS JUSTO E MAIS VALORIZADOR?**

**JDS -** A primeira coisa a fazer era dissociar avaliação de desempenho de progressão de carreira. A mim só me interessa ter avaliação de desempenho se é para melhorar práticas. Se eu as desligar e só fizer avaliação para que se trabalhe no sentido de se melhorar as práticas num trabalho dentro das escolas, entre pares por aqueles que sabem do assunto e que entre si refletem sobre o que se pode melhorar, corrigir. Outra coisa seria a progressão em carreira. Quando nós temos uma progressão associada à avaliação estamos a estragar tudo. Temos de imaginar outro mecanismo de progressão desligado desse outro que é importante para a melhoria do que se faz e que é a avaliação de desempenho. Quando misturam tudo não se ganham em melhorias nenhuma, nem temos uma progressão em carreira que tenha em linha de conta a qualidade do trabalho que o professor desenvolve.

**JF - ATÉ QUANDO SE VAI PROLONGAR A FERIDA DA RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO NOS PROFESSORES?**

**JDS -** Acho que é possível ter solução. Uma delas é recuperar já todo o tempo de serviço. Alguns dizem que tem um custo excessivo, mas acho que era possível recuperar até ao final desta legislatura e que o custo imediato e a prazo seriam comportáveis e que há muita gente que está a fazer mal as contas. Mas poderão existir outras soluções para se equacionar uma carreira docente que seja atrativa, mais do que remediar os erros desta é preciso ter uma carreira toda ela atrativa para quem nela entre. E isso não temos neste momento.



**JF - ACREDITA NUM FUTURO SEM PRECARIIDADE?**

**JDS -** Claro, porque de outra forma não era dirigente sindical.

**JF - COMO OLHA PARA O PAPEL DO SINDICALISMO E DA FNE NO FUTURO?**

**JDS -** Importantíssimo. Eu estou aqui à espera de aplaudir as grandes vitórias e ganhos que a FNE vai ter nos próximos tempos. Acho que estão criadas todas as condições para que a FNE possa ter uma imagem mais forte, mais robusta, com melhores resultados, mais atrativa dos profissionais da educação. Pode não ser no imediato, mas é num prazo bastante curto.

**JF - QUE PALAVRA OU MOTE ESCOLHERIA PARA DEFINIR OS SEUS ANOS À FRENTE DA FNE?**

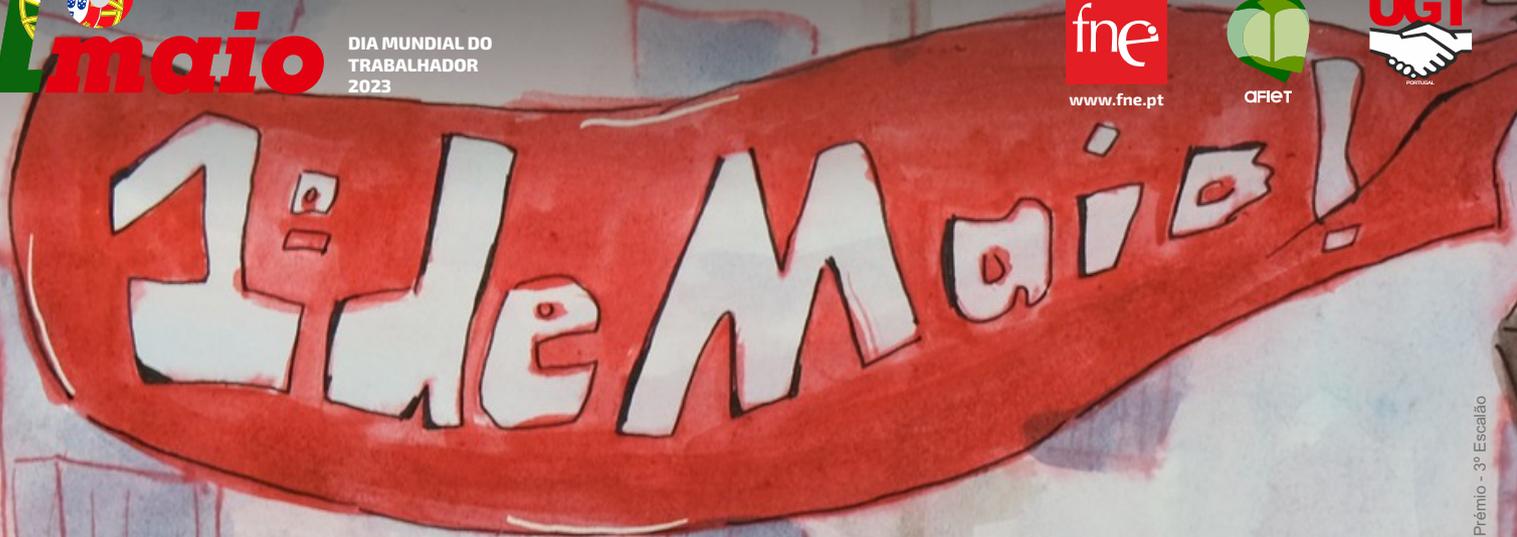
**JDS -** *Satisfação.* Acho que cumpro os desígnios de quem se coloca na posição de estar a trabalhar em prol do interesse comum. Coloquei sempre como linha de trabalho que tudo aquilo que estou a fazer tem que ser útil para os outros no sentido de valorização e de trabalho de promoção daqueles que depositaram em mim a confiança para ser Secretário-Geral desde 2004 até ao Congresso da FNE, no próximo mês de maio. Sinto uma grande satisfação, porque durante todo este tempo foi em benefício e em sentido comum.

**"Coloquei sempre como linha de trabalho que tudo aquilo que estou a fazer tem que ser útil para os outros no sentido de valorização e de trabalho de promoção daqueles que depositaram em mim a confiança para ser Secretário-Geral desde 2004 até ao Congresso da FNE, no próximo mês de maio".**

**Joaquim Santos  
e Tiago Soares  
Jornal FNE**



DIA MUNDIAL DO TRABALHADOR 2023



# VALORIZAR TRABALHADORES

COM 

Melhores salários e carreiras dignificadas

Fátima Martins | 1º Prémio - 3º Escalão



## «SIMULACRO»

Os professores têm uma legítima expectativa de que lhe seja restituída pelo Governo a dignidade no exercício da profissão. A dignidade não tem preço.

O Governo não tem sabido responder aos problemas do sistema educativo português, há largos anos a esta parte só existe um Ministério, o das Finanças, todos os outros são uma espécie de sucursais, ou delegações, com mais ou menos autonomia, que se encontram na total dependência daquele. Negociar com o Ministério da Educação tornou-se, por isso, uma verdadeira inutilidade.

Este facto tem impedido, que medidas cruciais para o funcionamento normal do sistema educativo português sejam sucessivamente adiadas ou colocadas na gaveta, particularmente, no que concerne aos problemas associados à profissão docente.

A ausência de respostas para os problemas que hoje ensombram a Educação em Portugal conduziu o Ministério da Educação a um beco, cuja única saída possível é uma inflexão na sua política.

Centremo-nos, desta feita, exclusivamente na recuperação do tempo de serviço congelado aos docentes.

Segundo o Governo a recuperação do tempo de serviço é uma impossibilidade de facto, vulgo, não há dinheiro. Claro que estamos perante um logro do Governo, diga-se aliás, que os custos de não concretização da medida são bem mais elevados, ainda que esse entendimento pareça não estar ao seu alcance.

Sobre a questão dos custos associados àquela medida, vejamos só a título de exemplo, e relativizando a dimensão dos mesmos, um parecer à conta geral do estado de 2021, que o Tribunal de Contas entregou na Assembleia da República, antes da apresentação da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2023, onde concluíra, que os apoios públicos ao setor financeiro atingiram, desde 2008 e até ao final de 2021, um saldo de 22.049 milhões de euros.

Aos apoios prestados ao setor financeiro somam-se tantos outros, tais como, os 3.2 mil milhões de euros colocados recentemente na TAP, ou os milhões e milhões dizimados na CP e noutras empresas do sector empresarial do estado, etc, etc.

Torna-se, pois, evidente, que a escassez financeira é exclusiva de alguns setores, entre os quais se inclui a Educação.

O Governo (Ministério da Educação), gestor de ilusões, procurando ludibriar e confundir, encheu uma negociação sobre o diploma dos concursos, criando a expectativa de que poderia também negociar outras matérias, como a abolição das quotas de acesso ao 4.º e 6.º escalões, ou a recuperação do tempo de serviço congelado, todavia são apenas sombras.



**António Pinho**  
Presidente do SDPM  
(Sindicato Democrático dos Professores da Madeira)



# 25 DE ABRIL E 1º DE MAIO A IMPORTÂNCIA DESTAS DATAS



Aproxima-se o 1º. de Maio, Dia Mundial do Trabalhador e o 25 de Abril foi ontem, duas datas que para nós Portugueses não devem ser esquecidas.

Comemorar Abril é lembrar e perpetuar a memória de Homens e Mulheres, que privados da sua LIBERDADE, nunca baixaram os braços na luta por um país livre que trouxesse melhores condições de vida aos seus Cidadãos.

Lembrar Abril faz trazer às nossas Escolas crianças e jovens plenos da sua liberdade, adquirindo competências e saberes para que sejam o que eles quiserem ser, livres de opinar em qualquer matéria no seu credo e na sua sexualidade.

Meninas e Meninos livres como as borboletas, de mostrar ao mundo as suas escolhas sem medo de serem reprimidos pela escuridão de mentes estagnadas no tempo.

Abril traz a todos os Homens e Mulheres deste País o direito de saber escrever o seu nome.

Comemorar Abril é reforçar o valor da Liberdade, seja ela individual ou coletiva, para que não voltemos a ficar privados dela.

Abril traz-nos o 1º de Maio de 1974, cheio de Sol e com as palavras presas no íntimo da nossa mente, reprimidas por tantos, que querendo dizê-las corriam o risco de serem presos. Festejemos o 1º de Maio com a alegria que outros nos transmitiram com a palavra de ordem LIBERDADE.

É com Abril que os Trabalhadores da Administração Pública têm o direito a formar Associações Sindicais, a sindicalizarem-se, o direito à greve e a um conjunto de Direitos Individuais e Coletivos que os tornam Homens e Mulheres Trabalhadores/as LIVRES de terem representação. Hoje em pleno século XXI temos que comemorar estas duas datas indissocialmente ligadas, festejar uma data em que todos comungamos do mesmo ideal, o bem estar de todos os Trabalhadores sejam eles Portugueses ou não.

Abril é sinónimo de LIBERDADE.

Juntos somos mais FORTES.

*Glória Marta  
Vice-Presidente do STAAE Sul e RA*



# A DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO

A digitalização está a mudar rapidamente o mundo do trabalho e requer a criação de soluções novas e atualizadas no domínio da saúde e segurança no trabalho. Neste sentido, a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA) criou um programa de investigação que pretende fornecer aos responsáveis políticos, investigadores e aos locais de trabalho informações fidedignas sobre os potenciais impactos na SST, para que possam tomar medidas atempadas e efetivas para assegurar a saúde e a segurança dos trabalhadores.

O surgimento de tecnologias, tais como a inteligência artificial (IA), metadados, robótica colaborativa, a internet das coisas, algoritmos, plataformas de trabalho digital e, ao mesmo tempo, um aumento importante na população que trabalha remotamente, traz oportunidades para os trabalhadores e empregadores, mas também novos desafios e riscos ao nível da SST.

Resolver os desafios e os riscos, e maximizar as oportunidades depende da forma como as tecnologias são aplicadas, geridas e reguladas no contexto de tendências sociais, políticas e económicas.

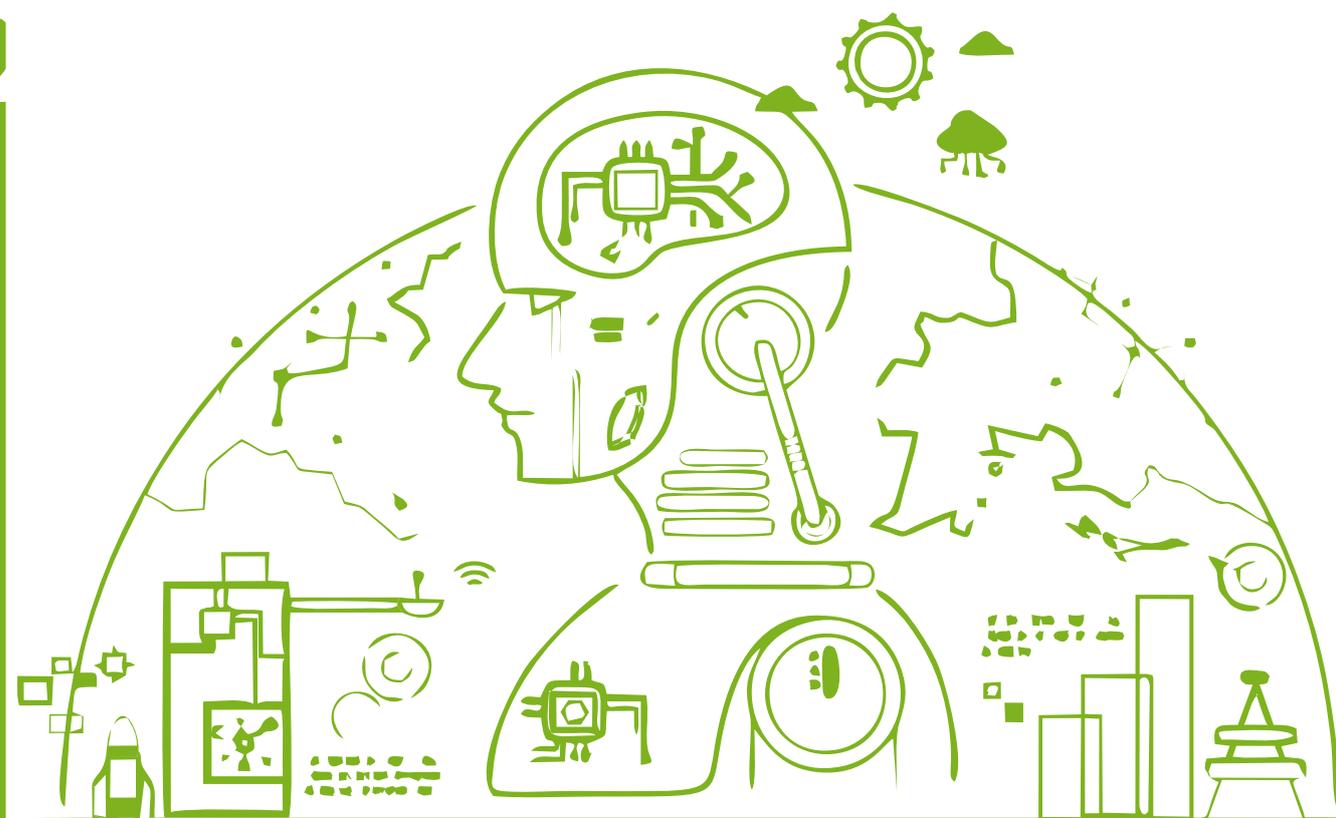
Com base no seu estudo prospetivo sobre a digitalização e a Segurança e Saúde no Trabalho (SST) a EU-OSHA está a desenvolver um projeto de investigação sobre a «visão geral da SST» (2020-2023) com o objetivo de fornecer informações aprofundadas para a criação de políticas, medidas de prevenção e práticas relativas aos desafios e às oportunidades da digitalização no contexto da SST.

Este é um projeto que vai incidir sobre as seguintes áreas:

- Robótica avançada e inteligência artificial
- Gestão de trabalhadores através da inteligência artificial
- Trabalho em plataformas digitais
- Sistemas digitais inteligentes
- Trabalho à distância

A Campanha «Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis» da EU-OSHA Trabalhar com segurança e saúde na era digital», que se realizará entre 2023 e 2025, sensibiliza para a digitalização e a SST, fornecendo mais recursos práticos para ajudar a superar os desafios e oportunidades associados a este tema.

FNE/EU-OSHA



# DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE MARÇO A 25 DE ABRIL DE 2023

[Decreto-Lei n.º 21-A/2023-Diário da República  
n.º 62/2023, 1º Suplemento,  
Série I de 2023-03-28](#)

*Presidência do Conselho de ministros*  
Estabelece medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação.

[Resolução da Assembleia da República  
n.º 25/2023-Diário da República n.º 65/2023,  
Série I de 2023-03-31](#)

*Assembleia da República*  
Recomenda ao Governo que apoie as iniciativas internacionais que visem condenar o Afeganistão pelas decisões que impedem as meninas, raparigas e mulheres de frequentar o ensino médio e o ensino superior, apelando à respetiva revogação, e que adote medidas que promovam a sua integração em instituições de ensino nacionais.

[Lei n.º 13/2023-Diário da República n.º 66/2023,  
Série I de 2023-04-03](#)

*Assembleia da República*  
Altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno.

[Decreto-Lei n.º 22/2023-Diário da República  
n.º 66/2023, Série I de 2023-04-03](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Estabelece, para o ano letivo de 2022-2023, medidas excecionais e temporárias relativamente à avaliação, aprovação de disciplinas, conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário e acesso ao ensino superior.

[Despacho Normativo n.º 4-B/2023-Diário da  
República n.º 66/2023, 1º Suplemento,  
Série II de 2023-04-03](#)

*Educação - Gabinete do Ministro*  
Altera o Regulamento do Júri Nacional de Exames e aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023.

[Lei n.º 16/2023-Diário da República n.º 70/2023,  
Série I de 2023-04-10](#)

*Assembleia da República*  
Valoriza o ensino politécnico, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo e o regime jurídico das instituições de ensino superior.

[Deliberação n.º 388/2023-Diário da República  
n.º 70/2023, Série II de 2023-04-10](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior*  
Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso na candidatura ao ensino superior de 2023-2024.

[Portaria n.º 103/2023-Diário da República  
n.º 72/2023, Série I de 2023-04-12](#)

*Presidência do Conselho de Ministros e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*  
Define e regulamenta os cursos adequados à formação profissional específica e atualização de dirigentes e à formação de trabalhadores para o futuro exercício de funções dirigentes ou de liderança de equipas na Administração Pública.

[Portaria n.º 103-A/2023-Diário da República  
n.º 72/2023, 1º Suplemento,  
Série I de 2023-04-12](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Adota o Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2030.

[Portaria n.º 104/2023-Diário da República  
n.º 73/2023, Série I de 2023-04-13](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*  
Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2023-2024.



[Despacho n.º 4506-A/2023-Diário da República  
n.º 73/2023, 1º Suplemento,  
Série II de 2023-04-13](#)

*Educação - Gabinete do Ministro*

Estabelece o calendário das matrículas e respetivas renovações para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário.

[Decreto-Lei n.º 26-A/2023-Diário da República  
n.º 75/2023, 1º Suplemento,  
Série I de 2023-04-17](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Determina a cessação da obrigatoriedade do uso de máscaras e viseiras para o acesso ou permanência em determinados locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

[Resolução da Assembleia da República  
n.º 30/2023-Diário da República n.º 76/2023,  
Série I de 2023-04-18](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo a avaliação e eventual reforço e prolongamento do Plano 21|23 Escola+, com vista à recuperação de aprendizagens

[Deliberação n.º 414/2023--Diário da República  
n.º 76/2023, Série II de 2023-04-18](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior*

Aprova o regulamento da substituição de provas de ingresso por exames finais estrangeiros, prevista no artigo 20.º-A do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro

[Parecer n.º 3/2023-Diário da República  
n.º 76/2023, Série II de 2023-04-18](#)

*Educação - Conselho Nacional de Educação*

Torna público o parecer sobre a proposta de diploma que prevê, para o ano letivo de 2022-2023, medidas excecionais e temporárias relativamente à avaliação, aprovação de disciplinas, conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário e acesso ao ensino superior

[Decreto-Lei n.º 26-B/2023-Diário da República  
n.º 76/2023, 1º Suplemento,  
Série I de 2023-04-18](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Promove a atualização salarial intercalar do valor das remunerações da Administração Pública.

[Portaria n.º 107-A/2023-Diário da República  
n.º 76/2023, 1º Suplemento,  
Série I de 2023-04-18](#)

*Presidência do Conselho de Ministros e Finanças*

Fixa a atualização do subsídio de refeição, a 1 de janeiro de 2023, aos trabalhadores da Administração Pública.

[Resolução do Conselho de Ministros  
n.º 34-B/2023-Diário da República n.º 78/2023,  
1º Suplemento, Série I de 2023-04-20](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Prorroga o mandato da Estrutura de Missão Portugal Digital.

[Despacho n.º 4840/2023-Diário da República  
n.º 79/2023, Série II de 2023-04-21](#)

*Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação*

Procede à terceira alteração do Despacho n.º 779/2019, de 18 de janeiro [Cria a Estrutura de Missão Portugal Digital]

[Despacho n.º 4842/2023-Diário da República  
n.º 79/2023, Série II de 2023-04-21](#)

*Educação - Direção-Geral da Educação*

Extinção da Divisão de Material Didático, Documentação e Edições e criação da Divisão de Recursos Educativos, da Direção-Geral da Educação.



## Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne

XIII CONGRESSO  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DA EDUCAÇÃO

# POR CARREIRAS DIGNIFICADAS

E DE CONGRESSOS  
CULTURAIS  
CENTRO

PARA UMA EDUCAÇÃO  
DE QUALIDADE

# ATRATIVAS

AVEIRO 20 E 21 MAIO 2023

